

# Aonde queremos chegar?

 [jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php](http://jcnet.com.br/editorias_noticias.php)

Segundo o economista **Marcelo Neri**, diretor da FGV Social e professor de Economia e Finanças da FGV, as reformas precisam levar em conta que a perda de renda das classes mais baixas e o aumento na desigualdade ergueram obstáculos à retomada do crescimento econômico, algo que não ocorria havia 23 anos.

No momento o Brasil vive um escândalo de corrupção com profundidade e amplitude sem precedentes, os desvios de recursos foram de tamanho tão elevado, que poderá ocorrer a promessa de unir o país dividido, mas não basta somente a sociedade reagir ao inadmissível, é preciso separar as condições necessárias das suficientes.

As reformas, impulsionadas nesse ambiente de crise, podem recolocar o país na rota do crescimento sustentável, por meio de ganhos de eficiência e restauração do equilíbrio fiscal.

Mas os ajustes e as reformas devem também priorizar a igualdade, em particular o aspecto social, tanto dos problemas como das soluções propostas, não pode ser relegado a segundo plano, especialmente numa nação democrática com os nossos níveis de desigualdade e pobreza.

De 1990 a 2015 a meta era de 50% da redução da pobreza, que era de 36,6%, passando para 10% da população brasileira, uma queda de 72,7%, superando com folga a meta.

Neste período tivemos no Brasil eleições diretas para presidente e, a partir de 1994, atingimos a estabilidade dos preços, o que não é pouco para o até então recordista global em inflação. A queda da pobreza nesse período revela uma distribuição de quase meio a meio entre o crescimento e o impacto das políticas de redução da desigualdade, ou seja, foi uma fase excepcional, resultante da combinação dos vetores de prosperidade e de igualdade, com estabilidade.

A crise social de 2014 decorreu de excessos e desvios feitos em relação ao caminho que vínhamos trilhando, ocasionando em 2015 um aumento da taxa de 19,3% de pobreza, com o surgimento de 3,6 milhões de novos pobres, uma explosão da desigualdade entre os rendimentos. Enquanto a renda média caiu 7%, a dos 5% mais pobres baixou 14%, em um período em que as taxas de inflação e de desemprego subiam para dois dígitos. Os mais pobres que dependem do Bolsa Família, tiveram a sua crise dobrada em relação a média geral da nação, enquanto os brasileiros medianos tiveram uma perda menor.

Infelizmente, a crise não acabou em 2015. Nossas projeções revelam que, desde o fim de 2014, o aumento de pobreza foi de 29,3%. Houve a incorporação, até agora, de 5,5 milhões de novos pobres apenas com a desaceleração econômica. Em meados de 2016 houve uma queda severa de renda média dos brasileiros da ordem de 6%. Depois, o recuo desacelerou para 2,8% no último trimestre do ano e para menos de 1% nos três meses encerrados em fevereiro de 2017.

O desemprego só aumentou e continua em alta, sendo agora o maior responsável pela perda do poder de compra das famílias. Desemprego é sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração para todos aqueles que sofrem com a queda no padrão de vida e com a piora das perspectivas.

Nos últimos anos, é o forte aumento de desigualdade de renda que preocupa os brasileiros, algo que não ocorria havia 23 anos, desde que vencemos o dragão da hiperinflação.

O Brasil é como um velho barco com furo no casco, necessitando de uma reforma geral - primeiro para não afundar, e, depois, para impulsionar a sua produtividade. A grande pergunta do momento? Aonde queremos chegar.

